

PROPOSTA CURRICULAR PARA A ESCOLA PÚBLICA DE SANTA CATARINA CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS¹

Eliani Aparecida Busnardo Buemo²

RESUMO

Este artigo apresenta as considerações históricas do processo de implantação da Proposta Curricular para a escola pública de Santa Catarina, no período entre 1983 a 1998. O movimento social e político iniciado no país na década de 80, abriu novos espaços de luta pela volta da democracia. Esta década é considerada como uma das mais fecundas sob o ponto de vista da organização educacional. As eleições diretas para os governadores dos estados em 1982, repercutiram favoravelmente sobre a educação brasileira. Principalmente no que diz respeito ao significado da educação, do qual decorre a busca por uma escola pública que garanta o acesso e a permanência dos alunos. Em Santa Catarina não foi diferente, os professores mobilizados desencadearam em 1983, após uma greve da categoria, uma série de seminários municipais e regionais. O que resultou no levantamento e registro das principais reivindicações entendidas como prioritárias para a educação pública estadual. O resgate histórico, permite uma análise das principais ações dos governos no sentido de proporcionar ao povo catarinense uma educação voltada para a construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Implantação. Proposta curricular. Educação.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um processo contínuo que ultrapassa os limites da instrução-aquisição de conhecimentos. Envolve outros aspectos significativos: o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual ou seja, a capacidade de pensar por si mesmo, objetivar, refletir; o desenvolvimento

¹ Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado, cujo título é Uma análise da implantação da Proposta Curricular para o pré-escolar no estado de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Angel Pino Sirgado.

² Mestre em Educação – UNICAMP/UNICENTRO. Docente da FEBE. E-mail: eliabb@terra.com.br

das relações sociais como organização, disciplina, respeito, cooperação, independência, a inteligência, o raciocínio, a capacidade de responder às novas situações e o desenvolvimento motor. A educação atualmente, em função da trajetória percorrida é concebida como prioridade nacional, está incorporada ao discurso. Faz-se necessário, contudo construir a escola cidadã, espaço público, democrático.

A Proposta Curricular para a escola pública de Santa Catarina é resultado da consciência dos educadores acerca do significado político e social da educação. É preciso percorrer os caminhos da história para compreender alguns avanços e identificar o que ainda está por vir.

2. HISTÓRICO

Qualquer processo de mudança exige atitudes que vão ao encontro do que se pretende mudar. Sendo necessário muitas vezes romper com práticas, hábitos e até mesmo crenças consideradas invioláveis. As mudanças para que sejam estáveis, normalmente necessitam de um período de tempo bastante grande, para que as novas idéias se adequem a realidade em formação.

Com a educação não foi diferente. Demorou-se para perceber que os currículos com base em concepções de ensino tradicional e tecnicista não preenchiam a realidade brasileira. A escola tradicional formava alunos com embasamento teórico desvinculado da prática e o resultado dos currículos tecnicistas eram alunos que além de não dominarem o conteúdo, dificilmente dominavam a técnica.

Na década de 70, em pleno regime militar, havia uma certa perplexidade como se o regime militar não fosse acabar e nada seria modificado; as reformas educacionais estavam prontas, porém paradas e o que preocupava era o tempo de sua implantação. O regime militar enfraqueceu no início dos anos 80, tanto internamente, quanto externamente com os partidos políticos e os movimentos sociais, através de uma aliança de oposições ampla. Em 1979 a anistia já havia sido concedida.

A anistia aos punidos pelos atos de exceção, reivindicação das oposições desde o golpe de Estado, foi concedida por lei em agosto de 1979. (...) a anistia não só reparou parte dos males causados pelo regime militar como também permitiu o avanço da luta contra ele, na medida

em que possibilitou a volta dos exilados ao país (...). As candidaturas dos cassados a novos cargos eletivos foi propiciada logo em seguida, por mudança na lei das inelegibilidades. (CUNHA, 1991,p.24)

O País no começo dos anos 80 estava mudando, a grande luta naquele momento era pela eleição direta para governadores de estado. O regime militar através de um de seus artifícios tinha transformado a eleição em pleito indireto. Os deputados das Assembléias Legislativas é que elegiam os governadores. Em 1982, os governadores de todo o País foram eleitos por voto direto e muitos candidatos da oposição foram vitoriosos.

Nas eleições de 1982, foi a vez dos governadores estaduais. Apesar das denúncias de fraudes mais ou menos explicitadas, na contagem de votos, as oposições obtiveram maioria na Câmara dos Deputados (por diferentes partidos), mas não no Senado. O PMDB elegeu governadores nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDT elegeu o governador do Rio de Janeiro.(idem, 1991,p.25).

Essa eleição direta teve grande influência nos rumos da educação. É a partir daí que começa a surgir novas orientações da política educacional. O que existia até então eram políticas educacionais elaboradas por grupos que nem sempre eram conhecidos das secretarias da Educação. Nos governos militares a escola pública não era uma preocupação, existia uma orientação voltada para o setor privado. O que ocorreu para que estes estados colocassem na ordem do dia a escola pública, foi o envolvimento de muitos educadores que desenvolveram suas concepções no âmbito do governo.

A tendência nacional de redimensionar, de buscar um novo espaço, de descobrir o verdadeiro lugar da educação num contexto de transição político-administrativo teve efeitos regionalizados. Não é possível ainda falar em otimismo, quando se trata de ensino público.

Os padrões de gestão da rede pública que prevalecem são os que, à falta de melhor denominação, chamo de administração “zig-zag”: as mais diferentes razões fazem com que cada secretário de educação tenha o seu plano de carreira, a sua proposta curricular, o seu tipo de arquitetura escolar, as suas prioridades. Assim os planos de carreira, as propostas curriculares (...) mudam a cada quatro anos, frequentemente até mais rápido, já que nem

todos permanecem à frente da secretaria durante todo o mandato do governador ou do prefeito. (idem, 1991, 474)

A atual Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina é o resultado da mobilização de professores ligados à área, que aconteceu no início da década de 1980, mais precisamente em 1983, depois de um movimento grevista dos professores, que manifestou enfaticamente o seu desejo de participar de forma ativa na formulação da política educacional catarinense. O governo do Estado era ocupado pelo então governador Espiridião Amin Helou Filho e Victor Fontana (1983-1987), PDS. Os encontros começaram nas escolas, consideradas células de todo o complexo de ensino. A movimentação das comunidades catarinenses, dos vários municípios, deu-se através de seminários escolares, municipais e regionais.

Em nível regional, foram representantes com o compromisso de levar ao Seminário Estadual os resultados da primeira fase de reestruturação do Currículo. Este seminário aconteceu em Florianópolis (SC) nos dias 16 e 17 de março de 1984, com a presença de 700 representantes.

Daí ao novo Plano Estadual de Educação, havia um grande caminho a ser percorrido. Surgiram os congressos municipais e regionais que tinham como propósito elencar o que cada região entendia como prioridade na educação estadual. Finalmente o Congresso Estadual de Educação, consequência do processo anterior, datado em 22 a 27 de outubro de 1984 em Lages (SC), com 538 delegados discutiu e compilou o que seriam praticamente as linhas mestras do Plano de Educação Catarinense.

Através de uma Comissão designada pelo então Governador, faziam parte dela pessoas que trabalhavam junto à Secretaria Estadual de Educação e representantes de cada uma das vinte regiões educacionais do Estado de Santa Catarina, eleitos das categorias do magistério.

Esta Comissão ao iniciar seus trabalhos, procurou saber o posicionamento de cada instituição representada, sobre os problemas existentes na educação catarinense e a melhor forma de solucioná-los, ficando assim evidenciado pelo menos seis pontos que representavam os problemas existentes na educação catarinense:

- generalizada insatisfação com a atual situação do sistema de ensino de Santa Catarina, ficando claro o desejo de mudança;
- necessidade de aplicação de maior volume de recursos financeiros do poder público na Educação;

- necessidade da participação dos agentes de ensino na elaboração do Plano;
- necessidade de descentralizar a administração educacional;
- necessidade de melhorar a qualidade do ensino, em todos os níveis e redes;
- necessidade de democratizar a Educação.

A partir dessas constatações a Comissão que tinha a incumbência de redigir o Plano de Educação 85/88, centrou suas discussões na Democratização da Educação e nas formas de fazê-la acontecer. Em 12 de março de 1985, através de uma resolução do Conselho Estadual de Educação, o documento intitulado “Democratização da Educação - A Opção dos Catarinenses” passa a ser o Plano Educacional para a gestão 85/88. Este documento ficou conhecido como o “Livro Verde”.

O governo seguinte de Pedro Ivo Campos e Cacildo Maldaner (1987-1990), PMDB, não levou em conta o fato da participação da comunidade escolar catarinense e não deu prosseguimento ao processo. O “Livro Verde” segundo a ótica do novo governo, pecava por fazer apenas uma compilação de dificuldades e reivindicações, o que não configurava a idéia de um novo processo educativo. O que se pretende agora é uma política educacional mais profunda, que reorganize o currículo das escolas estaduais.

Contudo, uma coisa não poderia ser esquecida, toda a movimentação que foi desencadeada neste período. O que ficou marcado na história catarinense, foi a vitória do candidato a Governador do PMDB, derrotando assim o candidato do PDS. O governo de Espiridião Amin não conseguiu fazer seu sucessor.

O novo governo ao assumir, propõe no Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação 1988/91 a reorganização curricular, por considerar um dos grandes desafios que afligem a educação no País e no Estado e a elaboração de um Plano Diretor que estabelecesse diretrizes para educação de Santa Catarina.

Sobre a questão curricular, o Plano Diretor propõe a integração de conteúdos, que deve se dar por um lado, de forma gradativa, com base nos conceitos - chave, que perpassam desde a pré-escola até o nível superior e por outro lado com a intercomplementaridade e as experiências trazidas do cotidiano de cada um. Os conteúdos assim trabalhados contribuirão para a instrumentalização do cidadão com vistas a prepará-lo para a organização da realidade. (Jornal da Proposta Curricular, nº. 1, 1989, p. 2)

A Proposta Curricular se propõe a trabalhar a favor da permanência do aluno na escola, através da melhoria qualitativa do ensino, buscando reduzir a evasão escolar por meio da socialização do conhecimento.

A luta pela superação da desigualdade social e econômica exige uma compreensão clara das regras de funcionamento da prática social, econômica e política da sociedade bem como, além de direito de todos, constitui um pressuposto indispensável para a construção de uma sociedade participativa e democrática, onde as necessidades definidas pela população unem-se às condições técnicas e financeiras a serem garantidas pelo Estado. (Proposta de Ação da SEE/SC-1988/1991, p. 7)

Em maio de 1988, na cidade de Blumenau (SC), ocorreu um novo encontro com representantes das 22 Unidades de Coordenação Regional de Educação (UCRES) para que fossem discutidos os Componentes Curriculares, para uma Proposta Curricular que tivesse como base a interdisciplinaridade, subsidiada por um suporte teórico-metodológico. Os trabalhos foram distribuídos em grupos de estudo, cada região teve seus respectivos representantes e estes foram divididos por disciplina a ser estudada, visando a elaboração de uma política de alfabetização e o Documento Norteador para uma Proposta Curricular, bem como encaminhamentos para a operacionalização da Proposta. Durante o ano foram realizadas assessorias sistematizadas para a discussão e o aprofundamento do Documento Norteador da Proposta Curricular.

Em fevereiro de 1989 foi realizado um Seminário Interno na Coordenadoria de Ensino a fim de estruturar e sistematizar as ações. De agosto a dezembro deste ano ocorreram os encontros nos pólos para tentar superar as dificuldades encontradas em relação a formação acadêmica e as experiências profissionais diversas, os encontros visavam a aproximação. Desta forma, foram publicados 3(três) jornais que reuniam os documentos propostos pelos grupos de estudo, em todos os estabelecimentos de ensino catarinenses. Nascia assim o fundamento da Proposta Curricular.

Em abril de 1990 realizou-se o I Encontro Estadual entre a Secretaria de Estado da Educação e as Instituições de Ensino Superior com o fito de discutir a formação de professores a nível de 3º grau e o comprometimento dessas instituições com a implantação da Proposta

Curricular. As questões metodológicas e específicas do Pré-Escolar também foram iniciadas neste ano, por não terem ocorrido em 1989.

A Secretaria Estadual da Educação promoveu em 1991 cursos de capacitação para o magistério e diretores de escola com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a Proposta Curricular. Estimulou-se também o surgimento de grupos de estudos localizados e aquisição e ampliação do acervo bibliográfico referencial teórico da Proposta.

Datada de 1991, chegou às escolas estaduais a Proposta Curricular - Uma Contribuição para a Escola Pública do Pré-Escolar, 1º Grau e Educação de Adultos que significava uma síntese organizada da produção da Secretaria de Estado da Educação junto com uma parcela de professores catarinenses.

A mensagem do então Secretário da Educação, professor Júlio Wigger, no Prefácio deste documento, dentre outras coisas, salientava: “... a Educação é uma atividade do Estado, e não de governo, necessitando-se, portanto, levar avante a discussão científica, independente de quem esteja gerindo esta atividade.” Chegava assim, o fim deste governo que por ocasião do falecimento de Pedro Ivo Campos, era ocupado por Casildo Maldaner.

O governo seguinte de Wilson Kleinubing e Antônio Carlos Konder Reis (1991-1994), PFL, estimulou cursos para professores, dando seqüência à implantação da Proposta Curricular, porém, realizou algumas mudanças estruturais, que acabaram afetando a orientação pedagógica nas escolas estaduais.

Neste período aconteceu a extinção das 22(vinte e duas) UCRES (Unidade de Coordenação Regional de Educação), sob a alegação de que estas secretarias não estavam justificando sua existência. Foram criadas com o objetivo de auxiliar as escolas estaduais tanto na administração, quanto na orientação pedagógica, porém, constatou-se que havia um acúmulo de docentes ocupando cargos nesses órgãos e a carência de profissionais nas unidades de ensino.

Foram criadas então 22(vinte e duas) SERES (Secretarias Executivas Regionais de Educação), informatizadas e com poucos funcionários, 4(quatro) inspetores, sendo 3(três) responsáveis pelo ensino e 1(um) pela parte administrativa. As SERES tinham por finalidade ser o elo entre a escola e o Governo, atendendo assim as necessidades administrativas das escolas.

Ao Estado caberia o papel de fiscal mecenas no que tange à capacitação dos profissionais da educação. A parte pedagógica estava a cargo das Universidades e Fundações que deveriam se responsabilizar pelos cursos superiores de ensino e a reciclagem dos profissionais

atuantes. As escolas e os inspetores eram responsáveis pela orientação pedagógica diária delas próprias. Este governo encerra seu mandato sem acrescentar muito à Proposta Curricular existente. Não estabeleceu uma política para a educação do Estado de Santa Catarina.

Suas reformas foram em nível estrutural, o que de certa forma provocou mudanças na escola. O Plano de Ação (1995-1998) do Governo Paulo Afonso Evangelista Vieira e José Hülse, PMDB, foi dividido em 8(oito) projetos retirados do Plano de Governo, dos quais destaca-se a Revisão da Proposta Curricular. “Define a revisão da Proposta Curricular como sua efetiva implantação nas unidades escolares, com a detecção dos entraves que dificultam, até o presente momento essa implantação em muitas dessas unidades. Trata-se portanto, não tanto da revisão de seu mérito, mas da forma de como trabalhar sua implementação”. (Plano de Ação- 1995/1998)

Ao assumir, este governo promoveu mudanças estruturais. Foram extintas as SERES, que passam a chamar-se CRES (Coordenadorias Regionais de Educação). Neste Plano de Ação consta a constituição de um grupo multidisciplinar formado por educadores da SED/CRE, por egressos dos cursos de Pós-graduação e consultores, com o intuito de aprofundar as áreas de conhecimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Supletivo e Educação Especial.

As Universidades e Fundações deixaram de ter o papel preponderante na capacitação dos professores e o aprofundamento da Proposta Curricular foi feito por um grupo basicamente escolhido pela Secretaria de Educação.

No início de 1997, o governo publicou um documento denominado Proposta Curricular-versão preliminar. Neste documento não são mencionados os fundamentos teóricos e metodológicos.

A cada mudança de governo, seja estadual ou municipal, há mudanças no projeto educacional e isto acaba gerando uma certa incredibilidade por parte do magistério em relação às inovações. Segundo Cunha³, o zig-zag transformou os educadores em elementos de conservação social, muitos conhecem novas práticas pedagógicas, mas que sabendo do custo individual e até coletivo, preferem repetir a didática dos professores de antigamente.

As mudanças ocorridas no início da década de 80, resultaram em algumas conquistas em torno da Constituição de 1988. A escola pública, antes entendida como escola de governo, passaria a ser vista como entidade controlada pelo Estado, este controlado pelo cidadão. Os anos

³ Luiz Antônio Cunha em entrevista concedida à Revista Presença Pedagógica (nov./dez.- 1995).

90 começaram com a consciência de que a educação é uma prioridade nacional e hoje faz parte do programa de todos os partidos políticos.

QUADRO 1 - Planos de Ação para a Educação Catarinense

GOVERNO	PERÍODO	PLANO DE AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATARINENSE
Esperidião Amin Helou Filho e Victor Fontana	1983/1987	<ul style="list-style-type: none"> - Designou uma Comissão para elaboração do Plano Estadual de Educação em maio de 1983. - Em 12 de março de 1985, a resolução nº 02/85 do CEE/SC resolve tornar o documento "Democratização da Educação - a Opção dos Catarinenses" - o Plano Estadual de Educação - PEE, para o período de 1985/1988.
Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner	1987/1990	<ul style="list-style-type: none"> - Rejeita o chamado "Livro Verde" por não considerá-lo configuração de uma política educacional com aprofundamentos filosóficos, políticos, econômicos e sociais que formulassem um arcabouço norteador do processo educativo. - Em maio de 1988 aconteceu o Encontro dos Componentes Curriculares que desencadeou o processo de elaboração da Proposta Curricular com suporte teórico-metodológico. - Em 1989 são distribuídos jornais com os Fundamentos da Proposta Curricular que culminam num Documento datado de 1991.
Vilson Kleinubing e Antonio Carlos Konder Reis	1991/1994	<ul style="list-style-type: none"> - Estimulou a continuidade da Implantação da Proposta Curricular através de cursos para professores, oferecidos pelas Universidades e Fundações, pagos pelo governo do estado. - Provocou mudanças estruturais nas UCRES, denominando-as de SERES.

Pauto Afonso E. Vieira e José Augusto Hülse	1995/1998	- Extinguiu as SERES. Denominando-as de CRÉS. - Constituição de um grupo multidisciplinar para implementar políticas de transformação da escola. -Elaboração de documentos norteadores da implementação da proposta curricular para as escolas.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina - 1983/1998.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PROPOSTA CURRICULAR

Entendida como indispensável para a construção de uma sociedade participativa e democrática, a escolarização básica, direito de todos e dever do Estado, o Plano de Ação (1988-1991) coloca como linhas mestras:

- a) Superar as dificuldades de acesso à escola a fim de garantir a escolarização básica para todos;
- b) Garantir a permanência do aluno na escola, reduzindo a evasão escolar através da melhoria qualitativa do ensino, socializando o conhecimento e instrumentalizando o cidadão para a inserção no trabalho;
- c) Descentralização administrativa;
- d) Capacitação de recursos humanos e promoção da pesquisa e extensão.

Este documento se deterá no item que diz respeito a permanência na escola através da melhoria da qualidade.

... ao mesmo tempo em que se busca superar os déficits quantitativos crônicos (Campanha de Matrícula), é preciso ir encontrando uma qualidade nova. (...) Multideterminada na sua gênese histórica e relativa na sua dinâmica, a melhoria qualitativa é o que desejamos, isto é: que as crianças e jovens aprendam, que diminua a repetência e aumente permanência na escola. ... que a escola cumpra de forma competente a sua função social que a passagem por ela resulte na apropriação de conhecimento e habilidades significativas para, não só participar

da sociedade, mas principalmente ser atuante e determinante no processo de transformação. (Proposta Curricular,1991,p. 11)

A evasão escolar no período básico é um dos maiores problemas de nossa sociedade. Pela Proposta Curricular entende-se que a socialização do saber, a melhoria qualitativa do ensino são as únicas maneiras de reduzir esta realidade. É necessário para tanto mudar a concepção de escola existente e isso só será possível com o comprometimento de todos os personagens envolvidos no mundo do ensino. Entende-se assim, o comprometimento de pais, alunos, professores e autoridades.

Todas as escolas do estado organizarão um projeto baseado na realidade em que estão inseridas. A participação da comunidade escolar e principalmente do professor é preponderante, sendo que a estes, cabe a principal parte do processo. Revisar o trabalho pedagógico e os métodos pelos quais se chega ao conhecimento, são indispensáveis para uma melhoria significativa na qualidade de ensino. Apropriar-se do saber, não como posse de um produto mas sim da lógica de sua estrutura e do contexto histórico que o produziu.

A Proposta Curricular traz em seu bojo o gérmen de uma educação mais participativa. É inaceitável que em nossos dias o ensino, ainda sirva como base de uma estrutura econômica capitalista, que favoreça a divisão de classes.

A insistência pela contextualização da educação se deve ao fato de compreendê-la como sendo a totalidade do ambiente em que está inserida. Para que a Educação sirva como arma contra a disparidade social e econômica é mister uma mudança político-pedagógica que privilegie a contextualização e a interdisciplinaridade. Observando estes pressupostos o ensino terá uma face mais sistematizada. Seus conteúdos tomarão uma forma que favoreça a compreensão da totalidade ao invés de favorecer as partes isoladas.

A interdisciplinaridade não deve ser entendida somente como mera combinação de disciplinas, mas sim como caminho para se chegar à totalidade do conhecimento e isso só é viável com a colaboração de todos os envolvidos na prática do ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Proposta Curricular surgiu como elemento renovador do ensino em Santa Catarina. Fruto do esforço dos educadores que num determinado momento demonstraram sua indignação e consciência política. Ficou evidenciado que algumas ações dos governos estiveram voltadas para a implementação da proposta. No entanto, a falta de continuidade dessas ações fez com que houvesse alguns retrocessos. Apontando inclusive na direção das mudanças estruturais que ocorreram neste período. Fazendo com que fosse necessário um tempo de adaptação do novo funcionamento.

O movimento no interior das escolas continuou a todo vapor. Talvez não com a devida orientação e sistematização por parte dos grupos que geriram a educação neste período. No entanto, aos poucos a escola vai sendo entendida como um espaço amplo de participação. O conceito de gestão democrática aí está, basta que seja praticado. “...na discussão da proposta curricular, enquanto momentos de apropriação e prática, cada unidade escolar chegará a definições de como avançar nas suas práticas pedagógicas”. (Proposta Curricular, 1991,p. 11)

Obviamente será necessário o devido apoio por parte do governo e a organização da comunidade escolar. Políticas educacionais são necessárias, a fim de garantir algumas conquistas e vislumbrar outras tantas. É preciso haver uma sintonia constantemente reconquistada, o engajamento de cada um com o projeto coletivo apresentado e reconstruído sempre, a consciência de estar contribuindo para a transformação.

.A pesquisa realizada com o intuito de revelar através da fala das professoras , quais as mudanças provocadas pela implantação da proposta, demonstrou um desconhecimento da mesma. O que leva a crer que muitas ações deverão ser desencadeadas por parte de quem governará este estado nos próximos anos, caso tenha como meta implementar a Proposta Curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA,.L.A . **Educação, Estado e Democracia** no Brasil. 3ª ed. S P:Cortez,1999.

_____. Políticas Públicas.**Presença pedagógica**, Belo Horizonte(MG), nº 13,nov/dez , 1995. p.23-25. Entrevista

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Jornal da proposta curricular**, nº 1, 1989.

_____. **Plano de Ação 1995/ 1988**. Florianópolis (SC), 1995.

_____. **Plano Estadual de Educação 1985/1988**. Florianópolis(SC), 1984.

_____. **Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do Pré-Escolar, 1º grau, 2º grau e Educação de Adultos**. Florianópolis-(SC), 1991.